

Suruagy quebra seu sigilo bancário

GAZETA MERCANTIL

-6 FEV 1997

por Nélia Marquez
do Invest News

O governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, definiu como "chantagem política" o relatório da CPI da Assembléia Legislativa do Estado, que o apontou como responsável pelas irregularidades ocorridas na emissão de títulos públicos destinados ao pagamento de dívidas judiciais, os chamados precatórios. "O relator da CPI queria ser presidente da Assembléia e utilizou o relatório como forma de pressão para que eu o apoiasse", disse ontem ao Invest News o governador. Suruagy considerara bastante remota a possibilidade de uma Assembléia Legislativa de Alagoas apoiar um pedido de "impeachment".

Suruagy afirmou que não teve qualquer responsabilidade sobre as irregularidades e informou que veio a Brasília para autorizar a CPI do Senado a quebrar seu sigilo bancário, de sua esposa e das duas filhas nos últimos quinze anos. Entregou também a Requião

cópias de suas últimas 12 declarações de rendimentos. Ele está seguro de que o relatório da CPI da Assembléia alagoana não será aprovado pelo plenário. "Na CPI, o relatório foi aprovado por quatro dos seis integrantes; no plenário não deverá ser aprovado", afirmou ele, mostrando que tem maioria parlamentar. Dos 27 deputados, 17 são seus aliados. O governador nega que tenha feito articulações em janeiro para conseguir ganhar maioria na Assembléia: "Essa maioria eu sempre tive".

O relatório da CPI aponta irregularidades desde o início do processo de pedido para emissão dos precatórios. A Secretaria de Fazenda de Alagoas preparou um documento com 35 pedidos para pagamento de precatórios que não foram considerados legais. A portaria que deu base ao pedido de pagamento das dívidas também foi falsificada - tinha a assinatura de Fernando Collor de Mello, que foi governador até 1988, e recebeu a nu-

meração 1928-A. Uma portaria com o mesmo número foi utilizada para a nomeação de um delegado. Conseguida autorização para a emissão de títulos, a CPI constatou que os R\$ 301 milhões obtidos com a emissão de títulos foram utilizados para pagar dívidas com empreiteiras de obras não concluídas ou consideradas não-urgentes.

Conforme o governador, toda a operação foi feita com a assessoria do Banco Divisa e foi comandada por seu secretário de Fazenda, José Pereira. "Governador não elabora documento", disse ele, eximindo-se de qualquer responsabilidade no processo. Ele contou que só ficou sabendo das irregularidades após a abertura da CPI do Senado que investiga as irregularidades com precatórios. Minimizou também a notícia-crime aberta contra ele anteontem à noite pela Procuradoria-Geral da República, a pedido do Sindicato dos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional (Sindifisco).

Em relação ao Banco do Estado de Alagoas (Produban), que está sob Regime de Administração Especial Temporária (Raet), Suruagy informou que a instituição deverá ser transformada em um banco de desenvolvimento. O Raet do Produban terminava em 23 de janeiro, mas foi prorrogado por mais 90 dias.

O protocolo de Alagoas com o Tesouro Nacional para solucionar a rolagem das dívidas do Estado junto à União, que ultrapassa R\$ 1 bilhão, bem como uma solução para o banco local, o Produban, foi assinado em 23 de janeiro. Segundo o governador, esta dívida foi aumentada no final do ano em R\$ 300 milhões em razão do Programa de Demissão Voluntária do Estado (PDV) que conseguiu a adesão de cerca de 23 mil funcionários de um total de 70 mil. O governador ressaltou que grande parte dessas adesões foi de funcionários com salários elevados.